



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC**

**SECRETARIA:** Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por

**EMENTA:** Taxas de evasão por curso. Incompletude das informações fornecidas.  
Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 205/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre as taxas de evasão, discriminadas por curso e por ano.
2. Em resposta, o ente informou que as taxas de permanência eram as mesmas da nacional, e em recurso informou a taxa total de evasão da universidade. Inconformado, o solicitante apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Tão logo recebeu o recurso, a Ouvidoria Geral do Estado entrou em contato com o ente para que este complementasse as informações fornecidas, sendo que este ficou-se silente.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações *disponíveis* e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. Portanto, desde que existente, a informação deve ser fornecida, de acordo com o artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação.
6. Assiste razão ao recorrente, na medida em que as informações fornecidas não atendem integralmente ao quanto solicitado – taxas de evasão discriminadas por curso e por ano – sendo que o ente enviou apenas taxas totais de evasão, sem justificativa para a incompletude das informações, configurando-se, assim, a hipótese de provimento recursal prevista no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Diante do exposto, em razão da falta de atendimento completo da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput, da Lei de Acesso à Informação e 20, inciso I, do Decreto n. 58.052/2012, devendo a UNIVESP, nos termos do §2º daquele artigo, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 9 de outubro de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO